

Aprovada na Reunião Plenária do CBH-Manhuaçu realizada em 05/02/2019

ATA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CBH MANHUAÇU

1
2 No dia 06 de novembro de 2018, às 09 horas, na Fazenda Bulcão, localizada na Zona Rural,
3 s/n, em Aimorés — MG teve início a 38ª Assembleia Ordinária do CBH Manhuaçu. Dando início
4 à reunião, o presidente do Comitê, Sr. Senisi Rocha, convidou os representantes da diretoria e
5 demais autoridades para compor a mesa, sendo: Isaura Paixão, do Sindicato de Produtores
6 Rurais de Manhuaçu; Flavia Dias, da AGUAPÉ; Isabela Salton, diretora executiva do Instituto
7 Terra; Genilson Tadeu, da Prefeitura de Mutum; e Fernando Maldonado, da Prefeitura de
8 Aimorés. Em seguida, confirmou a existência de quórum e iniciou os pronunciamentos.
9 Inicialmente, informou que foi encaminhada para todos os membros a ata da 37.ª Assembleia
10 Ordinária, realizada no dia 11/09/2018, colocando o documento em regime de votação, sendo
11 que o mesmo foi aprovado de forma unânime pelos conselheiros. Logo após, informou que até
12 o final da reunião será apresentada a nova versão da moção enviada pelo Sr. Ronevon sobre o
13 posicionamento do comitê em relação à Medida Provisória 844/2018. Dando seguimento à
14 reunião, Sr. Douglas Prata iniciou os informes sobre o ENCOB 2018, em que ele e Saulo
15 Soares participaram representando o Comitê. O evento ocorreu entre os dias 20 e 24 de
16 agosto de 2018, em Florianópolis, tendo como tema principal “O Futuro da Água — Desafios
17 dos Comitês na Terceira Década da Política Nacional de Recursos Hídricos”. O Sr. Douglas
18 salientou sobre a carga de conhecimento adquirido durante todo o evento, mostrou os stands,
19 comprovações de presença e fotos que lhe chamaram atenção, estas mostram terras
20 degradadas, estações de tratamento de água, bem como seu funcionamento e custo, além
21 disso, informou sobre os temas abordados durante o evento. O presidente agradeceu pelos
22 esclarecimentos e informou que a apresentação do Saulo Soares, que também participou do
23 evento, será na próxima assembleia. Posteriormente, deu continuidade ao próximo ponto de
24 pauta: “Recomposição da Câmara Técnica Institucional e Legal”. Antes de realizar a
25 composição ele explicou brevemente as funções da CT, conforme definições previstas na DN
26 nº 33 do CBH Manhuaçu. A CTIL será definida de forma paritária, com todos os segmentos
27 representados, sendo composta por 04 membros titulares e 04 membros suplentes eleitos na
28 Assembleia para um mandato de 02 anos. Os membros que manifestaram interesse foram a
29 Marília e Fernando, representando o segmento Poder Público Municipal; Rodrigo e Kildare,
30 representando o segmento Poder Público Estadual; Wanderlei e Flavia, representando o
31 segmento Sociedade Civil, Humberto e Toríbio, representando o segmento Usuários. Dando
32 sequência à reunião, o Sr. Senisi passou a palavra para O Sr. Rodolfo Barbosa apresentou o
33 ponto de pauta “Estudos Hidrológicos na Bacia do Rio Manhuaçu”, detalhando sobre alguns

Aprovada na Reunião Plenária do CBH-Manhuaçu realizada em 05/02/2019

34 assuntos retratados em sua tese de doutorado, sendo eles: descrição das principais sub-bacias
35 do Rio Manhuaçu, destacando as atividades de recuperação de nascentes realizadas pelo
36 Comitê; avaliação da Bacia do Rio Manhuaçu através de estudos hidrológicas; realização de
37 um gerenciamento efetivo para evitar enchentes e falta de água para a população, além de
38 subsidiar a escolha de sub-bacias prioritárias para o manejo através das características
39 morfológicas. Salientou que na última reunião do Comitê foi observada a necessidade de
40 dividir as principais sub-bacias do Rio Manhuaçu, medindo suas vazões, hidrografias e
41 qualidade da água. Em sua fala detalhou todo o processo de organização e a realização das
42 atividades, que resultaram na elaboração dos Estudos Hidrológicos na Bacia do Rio Manhuaçu,
43 bem como a publicação dos temas relatados acima. O presidente do CBH parabenizou o Sr.
44 Rodolfo e, logo após, o Sr. Karon Marllus iniciou o próximo ponto de pauta: “utilização dos
45 canais de comunicação do Comitê”, destacando que as principais ferramentas utilizadas são
46 baseadas na política de comunicação do CBH — Doce, onde são disponibilizados para todos
47 os membros e comunidades em geral, através do site do comitê, e-mail institucional,
48 WhatsApp, Instagram, Facebook, revistas, portal da ANA, IGAM, dentre outras instituições, a
49 transparência das atividades, a estrutura administrativa, fontes de recursos, sua atuação de
50 forma integrada para o favorecimento da imagem e reputação, bem como a conscientização da
51 população sobre a importância do bom uso da água, dos comitês e todas as ações realizadas
52 por eles, no intuito de fortalecer e aprimorar os organismos de Bacia, além da formação de
53 uma cultura de preservação e recuperação da mesma. Dando sequência, o presidente do
54 Comitê reforça sobre a importância de utilizar esses canais, para que todos possam realizar
55 pesquisas a fim conhecer melhor o papel dos comitês. Além disso, informa sobre o Seminário
56 de Educação Ambiental, realizado pela Fundação Renova, no Município de Santana do
57 Paraíso, cuja experiência resultou na elaboração de um exemplar que será sorteado ao final da
58 reunião. Após essas informações são aplicados os Questionários IGAM; parte integrante da
59 Deliberação Normativa do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, n.º 41/2012, no intuito de
60 autoavaliar o desempenho das atividades e o nível de estruturação do Comitê. O presidente do
61 Comitê fez a leitura de todos os itens da autoavaliação, sendo que, de forma consensual, os
62 membros atribuíram notas a cada quesito. De acordo com as categorias estabelecidas, o
63 resultado obtido para cada categoria são: Fundamentos: 4,75, Organização: 4,25, Gestão: 4 e
64 Resultado: 3,5. Após a consolidação dos resultados obtidos o Comitê encaminhará as
65 informações ao IGAM. Feito isso, a conselheira Isaura comenta sobre sua participação e
66 interação em diversas entidades, o que possibilita divulgar as ações e integrar novos
67 representantes ao comitê, porém, ressalta que encontra dificuldades em relação aos Sindicatos

Aprovada na Reunião Plenária do CBH-Manhuaçu realizada em 05/02/2019

68 de Lajinha, Mutum e Manhumirim, visto que essas intuições não comparecem às reuniões.
69 Outros conselheiros solicitam que entidades do Poder Público Estadual e Municipal participem
70 mais de todas as assembleias (ordinárias e extraordinárias), reuniões de câmaras técnicas
71 (CTs) e de grupos de trabalhos (GTs) dos quais são membros, pois, o Comitê disponibiliza o
72 transporte para os conselheiros na intenção de promover maior participação de todos. Logo em
73 seguida, o Sr. Senisi comunica o próximo ponto de pauta, sobre a definição do plano de
74 trabalho para 2019 e apresenta a proposta de datas para o cronograma de assembleias do
75 comitê, que se segue: 05/02 – Alvarenga, 02/04 – Alto Caparaó, 04/06 – Durandé, 06/08 – São
76 José do Mantimento, 01/10 – Santana do Manhuaçu, 03/12 – Manhuaçu. Dando continuidade à
77 assembleia, Sra. Flavia Dias apresenta o relatório de atividades referentes à sua participação
78 no GT de Planejamento Estratégico do CBH – Doce, e acrescenta que o GT possibilita nivelar
79 informações quanto ao processo de gestão dos recursos, readequação do atendimento de
80 demandas, procedimentos e medidas de caráter operacional com relação ao funcionamento do
81 Comitê, visto que houve redução do quadro de colaboradores da agência, entre outros
82 aspectos. A Flavia ainda acrescenta que na reunião do GT, do dia 12/06, em Belo Horizonte,
83 foram tratados assuntos referentes à Reestruturação do IBIO e a Priorização das ações do
84 CBH-Doce e Comitês de rios afluentes e, por esse motivo, o atendimento da agência se
85 tornaria mínimo e direcionado, diárias e prestações de contas passaria a ser elaboradas pelos
86 próprios comitês, sendo que o IBIO apenas analisará e, posteriormente, liberará a utilização
87 dos recursos. Além disso, também foram apresentadas duas propostas, sendo que caberia aos
88 comitês definir se o IBIO priorizava a Secretaria Executiva ou Programas e Projetos. Na
89 ocasião eles também informaram sobre a suspensão do atendimento aos CBHs capixabas.
90 Informou o cronograma de reuniões do Grupo de Trabalhos, bem como o calendário de
91 reuniões dos outros comitês, CIF, dentre outras. Ressaltou a situação do abastecimento de
92 Resplendor e fez esclarecimentos sobre a recuperação de nascentes e sobre o Programa Rio
93 Vivo. Ela também falou da atualização do Plano Integrado de Recursos Hídricos, salientou
94 sobre o encerramento de contratos importantes como o da comunicação e Completa, que
95 atuavam com o fornecimento de comunicação, materiais gráficos, infraestrutura e serviços para
96 as reuniões. Logo, iniciaram os assuntos gerais. Nesse ponto, a Sra. Flavia destacou que o
97 IBIO Institucional não existe mais, ficando somente a Agência de Bacias em Governador
98 Valadares. Em seguida, o Sr. Rodolfo, representante da UFV, reforça que nos seus além dos
99 temas abordados acima da sua tese, pretende realizar um análise sobre a qualidade da água
100 das sub-bacias, porém para a realização desse estudo necessitaria de recursos para
101 realização das análises. Sobre essa demanda, o Sr. Senisi destaca que o comitê tem arcado

Aprovada na Reunião Plenária do CBH-Manhuaçu realizada em 05/02/2019

102 com as despesas de transporte e diárias. No entanto, no caso da análise de água é necessário
103 um processo de licitação ou cotação de preços, dependendo do valor. Sendo assim, o Sr.
104 Senisi informou que irá encaminhar a demanda ao IBIO para verificar a viabilidade do
105 atendimento. Dando continuidade à reunião, o Sr. Senisi informou sobre o cercamento de
106 nascentes na região de Mantimento. Segundo ele, a PCH Varginha e a PCH Várzea Alegre,
107 mantidas pela CPFL, onde formam cercadas 121 nascentes, na região do Rio José Pedro,
108 abrangendo as cidades de Durandé, Chalé, Mantimento e Conceição do Ipanema, que por
109 meio dos cadastros fornecidos pelo Instituto Terra, registraram 75 nascentes em Chalé, 12 em
110 Mantimento e 34 em Conceição de Ipanema, totalizando as 121 nascentes. O Sr. Senisi
111 sugeriu que os membros realizem uma palestra por mês em alguma instituição para mostrar o
112 que é um Comitê de Bacias, suas ações, reforça também sobre a necessidade de colaboração
113 de todos, tomando como exemplo os comitês capixabas, que mesmo não possuindo recursos
114 realizou diversas atividades que resultaram na elaboração do Atlas da Bacia do Rio Guandu,
115 cuja experiência exitosa servirá de exemplo para a expedição que está sendo organizada pelo
116 Manhuaçu. Em seguida, apresentou a Moção de Repúdio encaminhada pelo Sr. Ronevon,
117 destacando as manifestações do comitê e seu posicionamento em relação à Medida Provisória
118 nº 844/2018, destacando que ela altera pontos cruciais da lei 11.445, de 5 de janeiro de 2007 –
119 Lei Marco Legal do Saneamento Básico e alterar a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para
120 atribuir à Agência Nacional de Águas competência e responsabilidade pela instituição de
121 normas de referência nacionais para a regulação da prestação dos serviços públicos de
122 saneamento básico, e estabelece regras para a sua atuação, a sua estrutura administrativa e
123 as suas fontes de recursos, a Lei nº10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar as
124 atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro
125 de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País.
126 Considerando que são atividades precípuas da Agência Nacional de Águas – ANA o
127 gerenciamento dos recursos hídricos no âmbito da federação, e perante as novas atribuições à
128 agência como regulação, fiscalização, controle e gerenciamento do saneamento básico no
129 País, as principais atividades para as quais foi instituída ficarão prejudicadas uma vez que a
130 situação dos recursos hídricos País é complexa. Considerando que essa medida
131 eventualmente transformada em Lei, beneficiaria o setor privado para exercer os serviços
132 públicos de saneamento, tirando do Estado a obrigação constitucional de prover a população
133 dos serviços essenciais, além disso, o ente privado não terá a obrigação de praticar o subsidio
134 cruzado, dispositivo que possibilita que municípios com menos recursos, neste caso as
135 comunidades mais carentes, tenham acesso aos serviços, sendo necessário à

Aprovada na Reunião Plenária do CBH-Manhuaçu realizada em 05/02/2019

136 complementação financeira das autoridades superavitárias, trazendo o risco de aumento das
137 tarifas de água e esgoto, buscando com isso a universalização do saneamento. Diante disso, o
138 comitê manifestou seu repúdio à Medida Provisória nº 844/2018, pois é essencial que a
139 população tenha acesso aos serviços de Saneamento Básico, por isso reforça que as medidas
140 devem atender às expectativas de todos os segmentos envolvidos, públicos e privados, sem
141 gerar consequências danosas e irreversíveis para a sociedade. Dando sequência, o Sr. Senisi
142 falou sobre as reuniões da CTPP em que foi tratada a implementação do P12. Nessa reunião,
143 a Emater citou o projeto, no qual o Sr. Genilson participou, com isso, o mesmo fez alguns
144 relatos sobre o Projeto Bacias e Proteção de Áreas de Chuva, realizado juntamente com a
145 Copasa. Não havendo mais assuntos a tratar, o presidente do Comitê, Senisi Rocha,
146 agradeceu a presença de todos e encerrou a 38ª Reunião Ordinária do CBH Manhuaçu.

147 Assina esta ata:



148
149 **Senisi de Almeida Rocha**
150 Presidente do CBH Manhuaçu